O grupo ALERTA UNICAMP publica aqui o resumo da tese para o XII Congresso do Sindicato. Temos orgulho de ter participado de todos os Congressos do STU. Nossa tese faz uma abordagem geral sobre a conjuntura, a universidade,e análise do movimento sindical. Nosso sindicato é muito importante para a Unicamp e seus trabalhadores, por isso, é importante a sua participação no Congresso.

O XII Congresso do STU realiza-se em meio aos impactos das jornadas populares de protesto iniciadas em junho deste ano, que mobilizaram mais de um milhão de pessoas. Emergiu das ruas um novo cenário político no Brasil.

Esse novo cenário se dá também a partir da ofensiva imperialista visando impedir a integração Latino Americana. Os EUA conspiram diuturnamente contra os planos de integração latino-americana defendido pelos governos progressistas e não abriram mão do projeto de uma Área de Livre Comércio das Américas (ALCA), que procuram implantar por outros meios, recorrendo a tratados bilaterais e à criação da chamada Aliança para o Pacífico (México, Colômbia, Chile e Peru), cujo objetivo mal disfarçado é inviabilizar o MERCOSUL.

O caráter imperialista da política de Washington se manifesta no desenvolvimento de um amplo programa de espionagem mundial, com base na internet e nas multinacionais que dominam o ramo (Google, Facebook, Microsoft, Yahoo!, Apple e MSN). Soma-se a isso as ameaças militares que persistem como a reativação da 4ª Frota e a instalação de novas bases militares na Colômbia.

As manifestações recentes que ocorreram tem a marca da juventude. Pesquisas sugerem que a maioria dos participantes eram jovens trabalhadores e estudantes, com elevado nível de escolaridade. Afluíram às ruas espontaneamente, à margem dos sindicatos, entidades estudantis e partidos políticos, com alto grau de espontaneismo e descontentamento com o sistema capitalista, as instituições e o sistema político. A direita neoliberal e a extrema direita tentaram pegar carona nas manifestações e desgastar o governo Dilma e os partidos da esquerda. Sobressaiu, também, a reação repressiva e truculenta da polícia, claramente repudiada pela população

Na ação orquestrada da direita neoliberal cumpre destacar o comportamento da mídia burguesa, golpista e sempre muito hostil com os movimentos sociais, que inicialmente tomou posição contra as manifestações. Ao perceber a fragilidade das lideranças, mudou descaradamente de posição e, com um oportunismo desprezível, passou a apoiar e convocar os atos, incitando o povo contra os movimentos sindicais e os partidos de esquerda.

.A ação das forças reacionárias não deve obscurecer o caráter objetivamente progressista dos protestos, que contaram com amplo apoio do povo e dos movimentos sociais, e aqueceram o debate político, além de influenciarem a agenda dos governos e do Congresso Nacional.

Apesar da pauta difusa, ficou claro que os manifestantes revelam aversão à mídia burguesa, reivindicam mais investimentos públicos em saúde, educação, segurança, transporte e mobilidade urbana, bem como combate à corrupção e reforma política.

Combater a direita não significa renegar as ruas e a luta popular. As centrais, movimentos sociais, partidos e forças progressistas estão diante do desafio de disputar a consciência da juventude e do povo brasileiro, buscando unir o movimento espontâneo à luta consciente da classe trabalhadora por transformações sociais mais profundas, levando às ruas um programa claro para avançar nas mudanças aprofundando a democracia, contemplando as demandas do povo e valorizando o trabalho.

É preciso assinalar que o movimento sindical reagiu à conjuntura de forma unitária, em aliança com o conjunto dos movimentos sociais, realizando em 11 de julho e 30 de agosto, importantes manifestações nacional. Longe de ser o fiasco propagado pela mídia, burguesa e golpista, o protesto sindical foi comemorado de forma unânime e corretamente avaliado pelas lideranças como um êxito e um passo na direção de mobilizações mais enérgicas e massivas.

O XII Congresso do STU deve afirmar a crítica em relação a posição vacilante e descomprometida da diretoria do STU em relação as manifestações unitárias organizadas pelas Centrais e orientar uma postura comprometida com a mobilização e conscientização das bases, debatendo a agenda da Conclat e dando atenção especial aos jovens trabalhadores, atraindo mentes e corações para a luta por um novo projeto nacional de desenvolvimento com valorização do trabalho, democracia e soberania. A voz das ruas clama por saúde pública, transporte público, educação pública em contraposição aos interesses e serviços privados. Em poucas palavras, o povo brasileiro quer mais Estado e menos mercado. O XII Congresso reitera a luta contra as privatizações nos setores estratégicos para a nação.

A nação demanda a realização urgente de reformas estruturais, uma Constituinte exclusiva, o plebiscito da reforma política, que deve ser orientada para reduzir a influência do poder econômico e da corrupção nas campanhas eleitorais e nas instituições, ampliar a participação das mulheres e das lideranças populares; a reforma tributária progressiva, com taxação das grandes fortunas e das remessas de lucros e redução do IRPF e dos impostos indiretos; reforma da mídia visando a democratização dos meios de comunicação e o combate ao monopólio exercido por meia dúzia de famílias capitalistas; reforma agrária e fortalecimento da

agricultura familiar; reforma urbana; reforma educacional; reforma do Poder Judiciário. Cabe destacar também a necessidade de combater as desigualdades regionais e fortalecer o Pacto Federativo, hoje ameaçado pela centralização de recursos tributários na União e consequente enfraquecimento financeiro dos municípios e estados.

Vai ficando a cada dia mais claro que para contemplar os interesses populares é indispensável mudar a orientação econômica. O XII Congresso do STU reitera a crítica à política monetária comandada pelo Comitê de Política Monetária do Banco Central (Copom), que anuncia novas elevações da Selic, apesar do recuo da inflação. Alerta, ao mesmo tempo, para a intensificação das pressões dos setores conservadores e da mídia pelo aprofundamento do arrocho fiscal, redução dos gastos públicos e mesmo o fim da política de valorização do salário mínimo a pretexto de combater a inflação.

É nosso dever continuar lutando e mobilizando a classe trabalhadora pela redução dos juros, o fim do superávit primário, o controle do câmbio e do fluxo de capitais, a taxação das remessas de lucros, a revisão das desonerações, a criação de um fundo de investimento público em educação, saúde, transporte e infraestrutura.

Nossas demandas não serão atendidas sem muita luta, uma vez que colidem com os interesses da burguesia, em particular da oligarquia financeira e da direita. É indispensável ampliar a unidade das forças progressistas. Neste sentido, o XII Congresso do STU apóia proposta em curso de instalação de um fórum nacional reunindo as centrais sindicais, os movimentos sociais e os partidos de esquerda com o objetivo de debater uma plataforma comum e realizar, em torno dela, atos unitários em todo o país, procurando ao mesmo tempo combater e desmascarar a direita e barrar o retrocesso neoliberal.

Nosso objetivo estratégico é concretizar a agenda dos trabalhadores por um novo projeto nacional de desenvolvimento orientado por três valores fundamentais: valorização do trabalho, soberania e democracia.

A PAUTA TRABALHISTA

Realizada pelas centrais sindicais (CTB, CUT, FS, NCST e CGTB) no dia 1º de junho de 2010 no estádio do Pacaembu em São Paulo, com a participação do STU, a Conferência Nacional da Classe Trabalhadora (Conclat) reuniu cerca de 30 mil sindicalistas e dotou o movimento sindical de um autêntico programa político ao aprovar a agenda da classe trabalhadora por um novo projeto nacional de desenvolvimento com valorização do trabalho, soberania e democracia.

É com base neste documento que as centrais elaboraram a Pauta Trabalhista que está sendo negociada com governos e empresários, foi levantada com força na manifestação de julho e agosto e deve servir de guia para a greve nacional que deve ser deflagrada pelas centrais sindicais caso as negociações não cheguem a bom termo.

A Pauta Trabalhista contempla bandeiras históricas da classe trabalhadora e são componentes essenciais do novo projeto de desenvolvimento das centrais. Compreende as seguintes reivindicações:

• Fim do Fator Previdenciário;• Jornada de 40 horas semanais sem prejuízo para os salários;

• Fim do fator previdenciário e valorização das aposentadorias e pensões;

• Mais investimentos em saúde, educação, transporte, mobilidade urbana e segurança;

• Igualdade de oportunidade entre homens e mulheres;

• Não ao Projeto de Lei 4330 que amplia a terceirização;

• Ratificação e regulamentação das convenções 158 e 151 da OIT;

• Reforma Agrária e fortalecimento da agricultura familiar;

• Fim dos leilões do petróleo;

• Democratização da mídia;

• Reforma política com financiamento público de campanha.

DESAFIOS DO STU NA NOVA CONJUNTURA POLÍTICA

Se a nova conjuntura realçou novos desafios para o sindicalismo nacional, aqui na Unicamp não é diferente. É preciso romper e superar com a letargia da atual diretoria do STU. A Unicamp vive um processo de renovação com a entrada de jovens funcionários que vem para universidade trazendo o perfil e as novas características da nova classe trabalhadora. É uma juventude majoritariamente antenada com as novas tecnologias e com uma cultura que não valoriza a organização e a representação coletiva. Pesquisar, promover encontros e valorizar a história das conquistas do sindicato é o caminho para entrar em sintonia e organizar esses trabalhadores e ao mesmo tempo permitir uma sintonia com aqueles trabalhadores que já estão há muitos anos na universidade.

Os jovens, bem como as mulheres e os negros, são vítimas de forte discriminação nos países capitalistas, recebem salários mais baixos, estão mais expostos ao desemprego, terceirização e outras formas de precarização das relações trabalhistas. O XII Congresso do STU delibera que o STU deve dar especial atenção a organização de jovens, mulheres e negros, apoiando as demandas de formação, organização, comunicação e luta desses segmentos. No mesmo sentido, deve-se apoiar a formação dos Fóruns representativos desses segmentos e valorizar datas como 8 de março, 20 de novembro, etc.

A terceirização está no centro da mobilização do movimento sindical. Ela representa um retrocesso histórico na conquista social do trabalho diante do capital. O STU tem uma marca importante na luta contra terceirização que envolve, inclusive, o processo que evidenciou e denunciou a utilização da FUNCAMP na contratação e gestão de mão de obra na Unicamp. É preciso ter uma política de permanente solidariedade e atuação na organização desses trabalhadores, denunciando o processo de exploração e cobrando a solidariedade dos demais trabalhadores da Unicamp. O STU deve resgatar essa história e buscar uma atuação mais ampla, participando e construindo Fóruns que denuncie e combata a terceirização.

A postura divisionista e grupista da atual diretoria contribui para afastar os trabalhadores. As dificuldades de organização se acentuam numa realidade como esta. O Congresso orienta que deve haver uma intensificação do trabalho de base. É preciso contatos e consultas freqüentes aos trabalhadores e a intensificação do trabalho nas bases. A ausência de uma política nesse sentido esvaziou o CR, a CTF, Dpto Aposentados, e a intervenção organizada do STU na CIPA. Além disso, não há Fóruns de Trabalhadores na elaboração de políticas, como carreira, previdência, etc.

É preciso haver mais transparência dos Atos da diretoria do STU. Questões como os dois carros do sindicato roubados, não foram esclarecidas para a categoria. Além disso, há deliberações de assembléias que não são encaminhadas, não se tem informações do funcionamento da diretoria, quem são os liberados, o que faz cada liberado, qual é o compromisso que tem assumido com a categoria. Cabe, ainda, ressaltar que muitos diretores não são vistos nas atividades do sindicato e isso acontece inclusive nos dias de paralisação.

O XII Congresso indica que o Sindicato deve retomar o projeto de construção da sede no terreno ao lado da Adunicamp, indicando uma Comissão eleita no Congresso para esse fim, que deve propor medidas e ações que envolvam a categoria no financiamento e na construção da sede.

UNICAMP, USP E UNESP RESISTEM

A luta das entidades de classe na UNICAMP, USP e UNESP permitiram as três universidades chegarem onde chegaram. Como pensar a Unicamp, por exemplo, sem levar em conta as lutas democráticas que

levaram a derrotar a intervenção do governo Maluf em 1981. A importante greve de 1988 que resultou no processo de autonomia das universidades paulistas e a posterior constituição do Fórum das Seis para ser o interlocutor das entidades nas negociações com o Cruesp. As Lutas por mais recursos que significaram saltar dos 8% em 1989 para os atuais 9,57% do ICMS para as universidades. A greve de 2000, que em plena ofensiva neoliberal, graças a conquista da autonomia, definiu uma política salarial que garantiu a sobrevivência das universidades paulistas, enquanto as demais públicas passavam por um profundo processo de deterioração. Enfim, é possível listar muitas situações em que os avanços que tivemos foram consequências de lutas coletivas que envolveram docentes, funcionários e estudantes das universidades.

As lutas e mobilizações formam um campo de embate importante nas universidades e as reitorias ora respondiam com repressão, ora com políticas desmobilizadoras que levassem a fragilizar as respostas coletivas. É nesse contexto que a Unicamp já no início dos anos 90 iniciou as políticas de carreira e as terceirizações e procurou neutralizar a ação política dos docentes, através do Projeto Qualidade e o compromisso com a institucionalização da Unicamp.

Os embates nas Universidades continuaram e representaram muitas lutas e mobilizações das entidades, que ora se voltaram contra os reitores, mas também muita mobilização contra os governos estadual e federal.

A unidade do Fórum das Seis sempre se deu a base de muita discussão e negociação, articulando visões e concepções bastantes heterogenias. A partir de 2010 ganha força em segmentos do movimento de estudantes e funcionários uma visão de impor concepções e dessa forma fragilizar o papel de articulador, mobilizador e negociador do Fórum. Esses grupos passaram a ditar os rumos do movimento a revelia da discussão coletiva. O resultado final desse processo foi o aumento da repressão nas universidades e a perda de força e representatividadedo Fórum das Seis.

ELEIÇÃO DO REITOR TADEU FOI RESPOSTA AO AUTORITARISMO

Prá romper com uma estrutura autoritária na reitoria, a comunidade da Unicamp, em 2012 buscou um caminho na consulta e na definição do novo reitor. O ex-reitor Tadeu se apresentou como candidato de unidade dos grupos comprometidos em democratizar as relações na universidade e negociar e avançar em pautas históricas de funcionários, mas também nas reivindicações de estudantes e docentes.

A vitória do Prof. Tadeu, mesmo num ambiente de muitas contradições,abriu um novo horizonte na universidade. Várias pautas dos funcionários foram respondidas positivamente, abrindo a perspectiva de discussão e negociação de pontos importantes na universidade,como por exemplo: a revisão dos estatutos.

Infelizmente esse processo importante vem acontecendo sem um processo de mobilização a altura. A atual diretoria do STU está fragilizada e dividida. Num momento de atendimento das nossas pautas, ela não foi capaz de compreender a dimensão histórica dessas reivindicações e nem de estabelecer com os trabalhadores um debate sobre o conteúdo delas. Na verdade é uma diretoria que em sua maioria expressa os movimentos que ocorreram em 2010 nas universidades paulistas e que não tem um projeto sindical claro, se limitando a botar um sinal de igual a tudo que não é espelho.

O QUE ACONTECEU COM O STU?

Está é uma pergunta que está na cabeça de muitos funcionários, principalmente os que acompanham a história de lutas do nosso sindicato. Os funcionários esperavam da atual gestão do sindicato mais ousadia e disposição de luta para organizar os trabalhadores da Unicamp e avançar nas nossas reivindicações. Mas o que se viu foi uma diretoria de uma única mobilização – a greve de outubro/2011, que teve como principal ponto de pauta a isonomia no piso com a USP. Em 2012 e 2013 a campanha salarial praticamente não existiu.

O ano de 2010 foi marcado por muitas ações e lutas nas universidades paulistas, com ocupações e denúncias de autoritarismo da parte dos reitores. Vários grupos oriundos do movimento estudantil passaram a atuar no movimento de funcionários, não com intuito deunificar as lutas de estudantes e funcionários, mas de impor suas concepções de organização do movimento. Portanto, as ações que foram construídas em muitos momentos, não expressaram a unidade, mas a disputa que serviu por várias vezes para fragilizar a unidade construída em torno do Fórum das Seis.

A quebra da isonomia no piso salarial que ocorreu na USP em 2011 foi parte da estratégia do reitor Grandino da USP,de fragilizar a negociação conjunta e enfraquecer as mobilizações, sinalizando com atendimento da pauta econômica, a partir de alteração na carreira da USP.

Essa conjuntura favoreceu a eleição da chapa Vamos a Luta na eleição do STU de 2011, que com o discurso da negação e do novo,ganharam apoio de uma parcela dos funcionários que estavam descontentes e de uma outra parcela de concursados novos, muitos oriundos do movimento estudantil da Unicamp.

A greve que foi legitima e justa, expressou a nova fase do STU, dirigido por vários militantes oriundos do movimento estudantil e que traziam a experiência das lutas de 2010 relatadas acima. Mas diferente das lutas de 2010, que ocorreram de forma unificada, à greve da Unicamp pela isonomia em outubro de 2011, foi isolada e enfrentou um forte endurecimento da parte da reitoria. Ao esticar a greve até o início das férias sem ter construído uma saída negociada a diretoria do STU, mesmo sem ter a reivindicação atendida,perdeu a

oportunidade de tirar o saldo organizativo da greve, principalmente com o grande número de funcionários novos que participaram.

A ausência de um projeto sindical e de um discurso e prática organizativa de fortalecimento do sindicato levou a gestão ao que vemos hoje: divida, fragmentada e distante dos trabalhadores. Mesmo com a derrota da gestão Fernando Costa e uma nova fase da Universidade em que a vitória do reitor Tadeu,possibilitou avançar em muitas reivindicações, o sindicato que poderia ter se fortalecido, está ainda mais fraco.

Ao fazer uma analise dessa situação a **TESE do ALERTA UNICAMP** busca a partir da trajetória de lutas e conquistas do STU apontar caminhos que recoloque o STU como entidade fundamental na organização e luta dos trabalhadores da Unicamp e também recolocá-la como referência de luta dos trabalhadores da nossa região.

PARA ISSO PROPOMOS:

Articular um movimento de defesa do STU, unindo todas as forças da universidade comprometidas com a organização dos trabalhadores, para que o nosso sindicato retome seu papel protagonista na discussão e elaboração de políticas tais como carreira, direitos previdenciários, condições de trabalho, etc;

Exigir da atual diretoria o cumprimento e encaminhamento das decisões de assembléias, bem como do respeito aos estatutos do sindicato;

Que se abra na universidade um debate sobre as Centrais Sindicais e se discuta as propostas de filiação do STU;

Cobrar que o STU retome a articulação e participação nos Fóruns de discussão que existiam com Fasubra, DIAP, DiEESE, CONAE, etc, com vistas a subsidiar a formulação de políticas que interessam ao funcionários da universidade;

Retomar e fortalecer instâncias de organização da categoria como CR, Comissão de Trabalhadores da Funcamp, Dpto de aposentados, retomar e fortalecer Fóruns que já tiveram papel fundamental na definição de políticas da universidade, como por exemplo os que discutiram carreira e jornada de trabalho.

Assim a tese; Kiko/FE (consu/ex-STU), Margarida/Caism (Consu/ex-STU), Rosangela Martinhago/FEM (ex-STU); Sandra Scutti/IB (ex-STU); Marcílio/CCS (ex-STU); Cido/SIARQ (ex-STU); Márcio/HC (ex-STU); Érgio/FEE (ex-STU); Creuza/IFCH (ex-STU); Juarez/IFCH (ex-STU); Beeroth/FE (ex-STU); Miro/C.lago (ex-STU); Zilda/Proed (ex-STU); Magdaelei/SAE (ex-STU); Maria Alice/FE (ex/STU); Fatinha/HC; Paraná/CPQBA;